
ÁLVARO, GEÓGRAFO CRÍTICO

ÁLVARO, GEOGRAPHER CRITICAL

José Misael Ferreira do Vale¹

RESUMO: O texto apresenta estudo sobre dois textos do geógrafo Álvaro José de Souza. Neles foi possível perceber o pensamento crítico do pesquisador e professor com larga experiência na análise do pensamento geográfico. A leitura do artigo talvez possa valer como alerta a todos que cuidam, ao mesmo tempo, da Geografia-ciência e da Geografia-disciplina escolar.

Palavras-chave: Álvaro José de Souza; Geografia crítica; Relação colonizador-colonizado; língua e poder.

ABSTRACT: The paper presents study on two texts geographer Álvaro José de Souza. It was possible to realize the critical thinking of the researcher and teacher with extensive experience in the analysis of geographical thought. Reading the article might be worth as a warning to all who care at the same time, geography, science and school geography discipline.

Key words: Critical geography; Coloniser-colonized relationship; Language and power.

ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA, geógrafo natural de Lorena (SP), cursou geografia na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de São Bento da PUC de São Paulo. Exerceu a função de auxiliar de geógrafo no Instituto de Geografia da USP. Em sequência atuou como docente na Associação de Ensino de Botucatu (SP) onde instalou o Departamento de Geografia quando então exerceu a chefia do Departamento de Estudos Geográficos. Foi assistente pedagógico de geografia na Delegacia de Ensino de Botucatu com atenção voltada para a questão ambiental. Desde longa data estudou a relação entre Geografia e Linguística, tema que segundo ele é assunto interdisciplinar a envolver vários ramos do conhecimento como linguística, geografia, antropologia, ciências sociais, filosofia, pedagogia, psicologia e outros.

ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA entendia que ao deixar o “oficialismo” governamental os estudos geográficos adquiriram novo sentido ao desvelar verdades sonegadas às populações ao longo de muitos anos de proximidade com o poder político. Nesse sentido, ainda ressoa, em nossos ouvidos, a advertência de LACOSTE ao dizer que a geografia serviu, em primeiro lugar, para fazer a guerra.

Em relação ao fenômeno linguístico, ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA, entende que “a linguagem é, poderosa arma ideológica que, infelizmente, os geógrafos não a descobriram. A geografia linguística foi e continua sendo descritiva” e não acompanhou os ventos de

¹ Professor Doutor aposentado de Filosofia da Educação. Foi professor primário, secundário e do ensino superior. Ex-Diretor da Faculdade de Ciências da UNESP, Campus de Bauru. Membro da AGB/Bauru. Autor de inúmeros textos sobre Educação. E-mail: jmisaelvale@yahoo.com.br

renovação do pensamento geográfico voltado para a dimensão social. A linguagem é para o geógrafo uma "poderosa força ideológica", pois "a língua e a linguagem encerraram conceitos que advém de uma experiência vivida de um povo, mas podem igualmente conter ideias que se prestam aos interesses daqueles que detém o poder." (Geografia Linguística, 1991, pag. 8; a seguir a indicação bibliográfica será feita pelas letras GL).

ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA tem por certo que o positivismo racionalista que gerou todo o processo de especialização com a compartimentação do conhecimento teve seu mérito, mas "com o avanço e a complexidade da cultura humana" tem levado a humanidade e os pesquisadores moderados a questionarem a legitimidade do próprio conhecimento tradicional assentado sobre bases racionalistas rígidas. Pior ainda,

Criamos barreiras entre o conhecimento universitário e o não-reconhecido saber popular; dividimos em compartimentos os campos do saber, tornando ininteligíveis as descobertas e as proposições paralelas desenvolvidas no âmbito de uma ciência falsamente dita universalista; mas o mais grave de tudo é que convencidos da neutralidade do trabalho científico, temos sido usados pelo poder dominante para explicar o status quo com fatalismo, mormente através da educação que desenvolvemos, preparando a humanidade para aceitar passivamente tudo o que está aí, criando castas, privilégios, exclusividades e tentando explicar incoerências e contradições (GL, pág.10).

Na mesma linha de pensamento, o autor de a **Geografia e Linguística – dominação e liberdade**, chama a atenção para o fato de que continuamos a fazer uma ciência "para alguns e esquecemos das maiorias". "A história que contamos, a geografia que descrevemos, o idioma que ensinamos, tudo, enfim, é o espelho de um mundo chamado de desenvolvido, deixando de lado a maior parte da humanidade mergulhada nas trevas da exploração..."(GL, pág.10). Urge, portanto, criticar esse conhecimento ideológico onde a questão linguística adquire importância crucial. Deve-se, portanto, repensar a questão do idioma para se romper as relações estreitas entre a língua e o poder. Daí, a exigência de uma Geografia Linguística comprometida com a maioria, com a humanidade. Daí, também, a necessidade de análise do idioma em relação ao poder, pois a língua e a linguagem são sobretudo um tema político. "Como instrumento de comunicação, ela pode servir à imposição de um domínio político por meio da cultura; ela pode isolar classes sociais e pode perpetuar um poder. Daí, a preocupação em normatizá-la e transformá-la num ditame constitucional." (GL, pág. 12).

SILVA BORBA "chega a citar nomes responsáveis pela imposição política de uma língua nacional: liga ele a Hugo Capeto o triunfo do francês falado em Paris (*Île de France*); o inglês londrino a Guilherme, o Conquistador, e o espanhol de Castela a Fernando, o Católico" (GL, pág. 12). Em suma, o ato de falar é, em grande parte, um ato político. Como afirma MOODIE a "língua é o veículo de pensamento e como demonstra Rundle, o emprego de uma língua tende a impor certas restrições à capacidade de pensamento e seu desenvolvimento" (GL, pág. 13). Onde pessoas de grupos diferentes falam a mesma língua é possível chegar à unidade linguística, mas onde mais de uma língua se encontra em uso comum ocorrerão barreiras de comunicação dificultando a organização do Estado. Nesse caso, é comum a imposição de uma língua oficial para tornar possível a administração do território.

Especialmente no caso de territórios colonizados quando uma população nativa se vê obrigada a aceitar à força uma língua imposta será preciso estudar como as estruturas de pensamento foram desmobilizadas para o domínio do colonizador adventício. Nesse aspecto, a educação do colonizador fará o trabalho de substituição de um idioma por outro ou fará do idioma estrangeiro o idioma do novo Estado. Aqui, ressalta a importância do Educador e do Pesquisador no sentido

de entender e explicar os resultados da dominação através de um conhecimento “dissociado de um paradigma positivista”. Todos são “conclamados à adoção de uma nova postura” (GL, pág. 14).

ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA afirma:

se pretendermos entender a língua dentro do contexto de uma sociedade, fruto de suas necessidades específicas e adequada à sua estruturação cultural, portanto dentro de uma visão antropológica do problema, tornar-se passível de crítica toda e qualquer tentativa de quantificar ou qualificar idiomas, especialmente se estivermos estabelecendo bases de comparação. Essa percepção, teve-a Ferdinand de Saussure, linguista suíço, pioneiro na tentativa de entendimento do idioma no contexto social (GL, pág. 15).

E, conclui o geógrafo que os pesquisadores de diferentes ciências se embrenharam em discussões qualitativas e quantitativas que “têm sido o grande obstáculo ao estudo interdisciplinar das questões linguísticas”.

No entendimento sério da língua será preciso expurgar dos estudos linguísticos algumas posições tradicionais, a saber:

a) Grande parte das classificações dos idiomas é fruto de conhecimento imperfeito. É “atitude temerária e discutível denominar-se “Grupo da Austrália e Oceania” a um conjunto de línguas onde se inclui o malgaxe (da República de Madagascar) ou mesmo de “Eurásia do Norte” o grupo onde estão incluídos o japonês e o coreano”.

b) É preciso ter consciência de que “a divisão do mundo em continentes tem caráter inteiramente ideológico e, portanto, discutível, da mesma forma que se deve ter em conta o caráter efêmero da divisão do mundo em países, na qual se baseia a denominação de certas línguas ou de certos grupos linguísticos”.

Será importante, também, perceber que

o caráter de superioridade linguística, tratado como sistemática de colonização e domínio foi arma de grande utilidade na conquista de terras africanas, americanas e asiáticas pelos europeus. Se hoje os ingleses se orgulham do grande número de falantes pelo mundo todo, é preciso não esquecer que sorrateira e deliberadamente, línguas nativas foram “esquecidas” na história da colonização (GL, pág. 17).

O processo de colonização no mundo mostrou que a dominação permanece mesmo depois da chamada “descolonização” através da prática econômica e política ocultada por governos nacionais fantoches. Para PONGETI JÚNIOR a colonização é “a exploração de uma região por povos oriundos de outra, mais forte e poderosa” e MANUEL CORREA DE ANDRADE liga o processo de colonização “à ideologia desenvolvida pelos colonizadores para justificar a manutenção do sistema colonial, apresentando-o como benéfico ao colonizado” (GL, pág. 24). Contrariamente aos dicionários que têm uma postura neutra ao definir o colonialismo, os geógrafos citados anteriormente evidenciam a intencionalidade do colonizador: posse da terra, imposição de nova língua ao contexto expropriado, e como consequência, a depreciação do idioma nativo, a ridicularização do habitante local considerado boçal, selvagem, pouco afeito ao trabalho e assim por diante. Mas, o colonizador ao conduzir o processo civilizatório sob o prisma do dominador, nunca deixou de explorar as riquezas da nova terra e nem do trabalho de nativos ao mesmo tempo em que desvalorizava os produtos e as pessoas, modos de agir ou costumes como fatores para a imposição cultural ou econômica para a qual a nova língua advéncia contribuiu de forma direta. (GL, pág. 25). Desorganizar, para, num segundo momento, dominar econômica, política e culturalmente o povo nativo.

No processo de dominação foi importante o modo como o colonizador se apropriou do território dividindo a terra de maneira contrária à tradição tribal; “com objetivos claros de anular toda resistência nativa, os europeus no século XIX repartem as terras da África Ocidental a partir do Atlântico, constituindo territórios coloniais com traços fronteiriços do litoral para o interior, especialmente no Golfo da Guiné.” (GL, pág. 27) Essa estratégia de cortar o território na transversal esfacelou a unidade linguística e cultural de um povo organizado horizontalmente ao oceano. A determinação geométrica do território africano não levou em conta a cultura africana de povos centenários que, de uma hora para outra, se viram submetidos a padrões linguísticos e culturais distintos em relação à língua dos dominadores. Camarões, Gâmbia e outros não tiveram outra opção senão a de adotar, após a sua independência, a língua falada na antiga metrópole e imposta aos povos que conseguiram aculturar-se. Como exemplo muito elucidativo, temos a República dos Camarões onde são falados mais de trezentos idiomas ou dialetos nativos, mas não reconhece oficialmente nenhum deles, adotando um bilinguismo europeu, mediante a oficialização do inglês ou do francês (GL, pág. 27).

A aceitação de um novo idioma desconhecido causou traumas na população nativa, pois a adoção de nova língua ia ao arripio de valores muito íntimos da sociedade tribal. Em decorrência da novel situação “seria preciso aceitar expressões ou vocábulos que indicavam sentimentos ou anseios que não eram seus para aceitar valores linguísticos que em nada lhes diziam respeito.”(GL, pág. 28).

A adoção abrupta de um idioma diferente da língua materna foi uma *violência simbólica* que afetou profundamente a cultura nativa. Para lembrar o contato traumático ocorrido na atualidade, será suficiente lembrar o que aconteceu com os índios da região amazônica durante a abertura da estrada transamazônica e muito antes a ação missionária de padres católicos e pastores evangélicos. A ação mediadora de agências colonizadoras (como a FUNAI, por exemplo) realizou o trabalho de aculturação “forçada” preparando o terreno para a chegada do capitalismo através do ensino da língua oficial aos indígenas. Com a chegada das “missões religiosas” chegasse ao ponto de ensinar uma língua diferente do país ao qual os indígenas irão se incorporar. Como afirma ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA, “o aprendizado das línguas missionárias (católicas francesas e evangélicas protestantes) na África foi ação particular, independentemente de quem fosse o dono das terras colonizadas.” (GL, pág. 30) No Brasil, idêntico papel de “aculturador” tem sido realizado pelas missões estrangeiras, conclui o geógrafo.

Nesse processo de aculturação a população nativa vai sendo levada gradativamente à adoção imposta da língua oficial e “as pessoas que não falam a nova língua são discriminadas, ridicularizadas e exige-se que a língua oficial seja utilizada para comunicação com as autoridades que dominam o território.” (GL, pág.30).

A desvalorização das línguas nativas ocorreu visivelmente na América do Sul. “No Peru, onde cerca de 40% da população falam exclusivamente o quíchua, essa língua não é utilizada na Assembleia Nacional e nem nas repartições públicas, apesar de sua oficialização em 1974.” (GL, pág. 31) Na América Central as chamadas “línguas criollas” também são discriminadas embora faladas por enormes contingentes de pessoas. Haiti e Porto Rico adotam o francês e o inglês respectivamente, embora a população fale o “criollo” que, “um forte sentimento de “negritude” ainda o mantenha vivo, através de formas populares de literatura”. (GL, pág.32) Uma verdade aflora de tudo isso: as pessoas sob o impacto da colonização forçada perdem a raiz, são desenraizadas em decorrência de um quadro político “criado para dividir e enfraquecer os povos nativos”, apanhados pelas circunstâncias históricas.

Em alguns casos, a colonização não foi muito forte como no caso do Peru e do Paraguai. No Paraguai onde não houve atrativos econômicos relevantes para uma forte presença

espanhola, a língua guarani, “falada pela maior parte dos nativos praticamente não sofreu pressões ou influências maiores. Contudo, foi uma elite de origem espanhola, ligada ao Vice-Reino da Prata, que se encarregou de construir a independência do novo país.”(GL, pág.35).

Ao surgir como país no século XIX, o Paraguai teve o idioma espanhol atrelado às elites dirigentes que, para garantirem uma ampla participação da maioria populacional indígena na estruturação determinaram a oficialidade do idioma guarani, ao lado do espanhol. (...) No entanto, existem diferenças de tratamento entre ambos que, embora sutis, não especificadas em qualquer instrumento legal, denotam a prática de um tratamento de inferioridade em relação ao guarani: assim, um discurso oficial, de qualquer natureza, é sempre proferido em espanhol ou, quando dirigido às classes populares, é bilíngue, mas o guarani não é utilizado em primeiro lugar. (GL, pág. 35)

A predominância do espanhol se revela no aparelho escolar. Alunos da “elite” podem deixar de aprender o guarani, embora o idioma nativo seja ensinado na maioria das escolas do país.

No Peru, o quíchua “é a língua falada pelos incas nativos: embora utilizada pela maioria dos grupos, especialmente dos altiplanos, somente foi oficializada há pouco tempo atrás por determinação constitucional”. Entretanto, escreve ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA, a administração peruana ainda impõe restrições ao seu uso. “Um cidadão peruano que pretenda dirigir-se por meio de documento, em quíchua, deverá aguardar por mais tempo seu trâmite em decorrência de tal documento ser vertido, no próprio âmbito administrativo para a língua espanhola.” (GL, pág.36).

Os problemas linguísticos não acontecem apenas na América Latina. Longe daqui, na Rússia da União Soviética, o ideal de uma unificação espontânea das nações do bloco através da tolerância multirracial e polilinguística em mais de três centenas de nacionalidades da antiga URSS seguiu por caminhos diversos. A Polônia na parte oriental foi estimulada ao uso da língua russa ensinada em todas as escolas polonesas. A parte ocidental resistiu à aprendizagem do alemão e caminhou no sentido de valorizar a aprendizagem da língua polonesa nas escolas. Mas, nos países centrais da outrora URSS, como Hungria e Checoslováquia de então, o alemão repudiado pela Polônia logo após da Segunda Guerra Mundial, é “praticamente a segunda língua de cada um dos povos como consequências das inúmeras incursões dos períodos de domínio alemão sobre essas áreas.” (GL, pág. 37).

A leitura do texto elaborado por ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA evidencia a complexidade de um Estado tão vasto e heterogêneo como URSS e a dificuldade de administrar um território tão vasto e diversificado em termos de idiomas. Na Checoslováquia do período soviético havia um equilíbrio entre o eslovaco e o checo. “Na Hungria o magiar era a língua mais falada; o romeno, vizinho da Hungria, era discriminado e visto como contrário à soberania magiar. Nos países balcânicos dominados pelos turcos a língua turca é vista como ameaça de retorno à escravidão eslava.” Na Iugoslávia a diplomacia interna acomodou a situação de beligerância “ao designarem a língua nacional mais falada como sérvio-croata-croata-sérvio e aceitarem o uso do alfabeto latino ou do cirílico”.

Uma análise crítica desse império de nacionalidades revela que somente através de a *unidade na diversidade* seria possível manter coeso esse amálgama de povos com culturas e línguas divergentes. Lenine propôs a criação dos “territórios étnicos” com fala própria do contexto, adicionado à aprendizagem obrigatória do idioma russo. Sem a existência de um poder centralizador não seria possível manter a unidade do projeto soviético baseado na “russificação” das populações. Qualquer grupo que ameaçasse a unidade nacional no período soviético seria combatido severamente. Gorbachev, intencionalmente ou não, foi o dirigente que permitiu o esfacelamento da URSS ao levantar a questão das nacionalidades. Foi incapaz de perceber que a destruição da URSS enfraqueceria a Rússia

e com a implosão do império reforçaria um país unitário e coeso como USA que, após a Segunda Guerra mundial, através do Plano Marshall, e ajuda dos aliados ocidentais criara uma barreira de estados, incluindo a Polônia, para impedir o avanço do socialismo.

Bem diferente foi a situação do Canadá, país bilíngue tomado por europeus, após o massacre dos povos indígenas nativos por espanhóis, franceses e ingleses. O bilinguismo foi instituído por lei federal e Quebec se fortaleceu a ponto de lutar a favor do separatismo, com a França apoiando a província como ela fosse independente. Recentemente o bilinguismo foi abrandado e o ensino do francês ou do inglês só é compulsório em regiões com 10% da população total. Isso significa que minorias abaixo de 10% “serão simplesmente ignoradas” (GL, pág. 47).

Em diversas partes do mundo fez-se a unificação de regiões por meio da língua. Há relação próxima entre nação e língua. É preciso alertar o fato de que

“no processo de formação das nações, seja o do Estado Moderno europeu, seja o da organização das nacionalidades pela colonização europeia (na Ásia, África, América e Oceania) o idioma adotado é normalmente aquele falado pelos grupos que passaram a deter o poder e a organizar o processo de unificação nacional”(GL, pág. 48).

Portugal e Espanha são exemplos históricos de nações unidas pela língua. O espanhol usado como instrumento de unificação foi imposto aos habitantes da península ibérica mesmo diante de falares divergentes da língua-mãe, como o catalão e o basco. Portugal teve na língua portugalense um dos motivos usados pela luta de independência em relação à Espanha e mesmo quando da união das coroas (1580-1640) conseguiu manter-se unido com base no idioma que marcava o território. E, muitos séculos após o XII, começo da pátria portuguesa, um poeta famoso do povo português, Fernando Pessoa, diria: “Minha pátria é minha língua”. A literaturagem para consolidar o padrão linguístico de um território, a marcar com fogo eterno, a presença do idioma no mundo. *Dom Quixote de la Mancha* significará, para muito tempo, um momento glorioso da Espanha e *Os Lusíadas*, marcarão para o mundo, o momento de glória da pátria portuguesa. A arte é, sem dúvida, um fator importante, no processo de identificação de um país no concerto das nações independentes.

Outro país que conseguiu a unidade através da língua comum foi a Itália. Diz ÁLVARO JOSÉ de SOUZA:

A Itália ainda que tenha sido o berço do latim, após a queda do Império Romano do Ocidente e as invasões dos chamados “bárbaros”, constituiu-se de um sem-número de reinos e ducados onde se falavam dialetos oriundos do latim vulgar e que, mercê de sua evolução linguística, tornaram-se, em muitos casos, completamente diferentes uns dos outros. A unificação moderna só se deu na segunda metade do século XIX e, ao ser constituído, o Estado Italiano teve, como uma de suas preocupações, a unificação da língua. O dialeto florentino foi escolhido com claras intenções, pois nele haviam sido escritos os mais respeitados trabalhos literários italianos que eram orgulho de todos os habitantes da Península. Desta forma, a adoção da “Língua de Dante” era mais um ingrediente na onda de patriotismo que se procurou estabelecer como condição para a unificação do país. Assim, o dialeto de Florença (toscano) passa a ser a língua oficial do Estado Italiano e o instrumento de comunicação nacional, ainda que tenham permanecido os falares regionais.”(GL, pág.50)

De igual modo, a França e a Alemanha passaram por processo histórico de unificação mediante a adoção do dialeto da *Île de France*, no caso francês, sob a dinastia dos Capetos. A Alemanha formou o idioma próprio a partir de derivação da língua falada pelos germanos. A língua foi importante instrumento na unificação dos estados alemães. E toda ocupação alemã de territórios foi acompanhada da introdução e expansão do idioma alemão desde a dinastia dos Habsburgos à ocupação militar do III Reich, no século XX.

A Polônia é caso exemplar de um povo que invadido pelo ocidente (por forças da Alemanha, na Segunda Guerra mundial de 1939-1945) e pelo leste europeu (por forças da URSS) não se diluiu como nação em decorrência de vários fatores incluindo a unidade linguística mantida durante a segunda metade do século XX. Hoje a influência da língua inglesa é enorme, mas os poloneses ainda nos fazem lembrar da Polônia de CHOPIN, artista sintonizado com a liberdade e unidade da terra polonesa. Estados Unidos da América do Norte e Brasil são exemplos de países com unidade linguística imposta por “quem chegou depois” às terras do colonizado.

Na América espanhola e América portuguesa os povos nativos não tiveram opção em relação à adoção de um idioma. A exploração do nativo foi dura e não se levou em conta as necessidades e a cultura das populações nativas. A construção do Novo Mundo se fez à custa do sangue do morador primitivo das terras. Mas, na verdade, o avanço do “projeto” de colonização foi feito a ferro e fogo “não restando ao nativo se não a acomodação pela adoção da língua do colonizador, numa espécie de mal menor”. (GL, pág.54). “É que a maioria das sociedades autóctones havia sido praticamente dizimada e o que restou delas foram culturas desfiguradas, mescladas ao bel-prazer do colonizador...” E lembra, ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA:

Ninguém se sente mais usurpado ou excluído do que aquele impedido de expor suas ideias porque não lhe é reconhecida a própria língua materna como instrumento de expressão. É o caso de inúmeras línguas indígenas do Brasil, o araucano da Argentina e Chile, as línguas maias da parte continental da América Central (especialmente o Nahuatl no México), o sango da República Centro-Africana, o somali da Somália e do Djibuti e tantas outras.(GL. Pág. 54)

Em síntese, a história tem ensinado que “a língua oficial é geralmente a língua do grupo dominante.” Lembremo-nos, diz o geógrafo, que o grupo dominante pode ser o eleito para representar, no novo país, os interesses da antiga metrópole ou ainda um grupo que ascende ao poder ajudado por potências internacionais interessadas na exploração do território. Lembra-nos, também, que a imposição de uma língua minoritária não será pacífica. Utilizam-se vários instrumentos:

- a) imposição pela força de lei de exceção (caso do inglês no Togo, em detrimento do Euê e do Cabiê ou do Sango na República Centro-Africana).
- b) pela via educacional no âmbito dos países dominados.
- c) por meio de propaganda dos benefícios a serem recebidos pelas populações com a adoção da nova língua (como foi no caso dos países da América Andina, da América Central Continental e do México).

Nos países de predominância mulçumana, o árabe, língua do Corão, foi a opção natural, “contendo em seu bojo o sonho de um pan-arabismo”. Na Etiópia independente, a escolha recaiu sobre o amárico, a língua do grupo dominante. A Líbia, antes da queda de Kadafi, mercê do regime forte, impôs-se o árabe. O árabe foi imposto à força no Estado Islâmico do Sudão. Na Argélia e no Marrocos o bérbere é oficialmente aceito ao lado do árabe. No Sri Lanka, antigo Ceilão, adotou-se o cingalês, língua da maioria budista que

reprime o uso do tamil, nocivo aos interesses políticos e religiosos do país. Na Índia, o inglês foi imposto pelo colonizador, mas a elite do país impõe o idioma nativo, o hindi, língua derivada do sânscrito, pertencente ao ramo indo-europeu, falado nos Estados do Norte, mas incompreendido no sul do país e nas regiões montanhosas do Pamir. Por questões políticas de longa data, o Paquistão rejeitou o hindu e o bengali e forçou a adoção do urdu. Bangladesh, por sua vez, ao se opor ao Paquistão, adotou o bengali, língua também falada no Nordeste da Índia e proibiu o uso do urdu, idioma oficial do Paquistão. Essas indicações feitas por ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA (GL, pág. 60) evidenciam que a língua está diretamente ligada ao poder político de uma nação que mobiliza esforços no sentido de fazer prevalecer o idioma que lhe é mais favorável em termos de dominação.

E no caso do Brasil, como se coloca a questão da língua?

No início da colonização e com a vinda dos jesuítas as línguas nativas foram desvalorizadas como “línguas de pagão”. Nóbrega fala da “boçalidade” dos nativos incapazes de fornecerem pistas para a tradução do evangelho aos indígenas. A esperança, diz ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA, seria contar com homem que “na terra se criara de moço”, como Diogo Álvares, o Caramuru. O padre Vieira se rendeu à dificuldade de entender a língua nativa nos primórdios do Brasil. “Cita-se ainda que o padre Navarro, assessor de Nóbrega, primeiro pregador em tupi, encarregado de “gramaticalizar” a língua tupi, desistiu da empresa” (GL, pág. 64). Mas, durante o período colonial a língua tupi se manteve em largo uso até que em 1727, “através de ato legal, proibiram o seu uso entre os colonos” e, ao mesmo tempo, a divulgação de estudos sobre a língua indígena no interior e no exterior da nação. Cabe lembrar, entretanto, que Anchieta, dominou a língua indígena e foi capaz de criar uma gramática respectiva.

O romantismo literário, por sua vez, iniciou o trabalho de valorização da língua nativa principalmente com José de Alencar. Sua extensa produção literária tem como personagens centrais a figura dos nativos usuários da língua tupi. Como era de esperar a reação foi enorme e a língua portuguesa foi oficializada como o idioma do colonizador que a ferro e a fogo eliminou os índios da maior parte do solo brasileiro. A ocupação, mais recente, foi, por volta de 1850 e 1860, autorizada pelo governo imperial. A partir dessa data, levas de mineiros saíram das Minas Gerais para ocupar as terras férteis do Estado de São Paulo, registradas na época pelas paróquias católicas, em nome de desbravadores, origem de enormes lavouras de café e importantes cidades do interior.

É importante registrar que no período colonial e mesmo durante o império brasileiro o índio e sua língua nunca tiveram reconhecimento das autoridades e se criou a imagem do índio “como indivíduo indefeso, digno de compaixão, por cuja integração na “civilização” a sociedade, dita brasileira, deveria empenhar-se.” (GL.pág. 67) E “as marcas da incompetência do indígena estão presentes, ao longo do tempo, em numerosíssimos textos legais”. A “aculturação” surge como necessidade e rumo da política indigenista.

A Constituição Cidadã de 1988 é a primeira carta magna que destina um capítulo ao indígena, designado como “índio”, contrariamente ao termo “silvícola”, utilizado pela legislação brasileira anterior. Explicitamente a Constituição Federação de 1988, no Artigo 13 reconhece a língua portuguesa como a língua oficial do Brasil. Com a predominância da língua portuguesa, o índio terá que se submeter à língua nacional brasileira em detrimento do uso do tupi-guarani em atos oficiais e administrativos. E o capítulo da Educação é favorável à formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais. Embora o parágrafo 2.º do Artigo 210 da Constituição Federação firme a obrigação do ensino em língua portuguesa, abre a ressalva para o ensino em línguas nativas. Mas, exige, entretanto, que o ensino fundamental, de

nove anos, seja ministrado em língua materna o que significa a submissão do indígena ao ensino da língua portuguesa articulada à língua nativa num processo certamente bilíngue.

ÚLTIMAS ANOTAÇÕES AO ESTUDO DE ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA

O Geógrafo crítico sabe que o Brasil, como outros países, fala a língua do colonizador e inconscientemente grava e utiliza conceito e expressões a serviço desse processo de colonização e dominação. É necessário estar vigilantes para o uso político da língua para “não sermos inocentes úteis a serviço de interesses” de minorias organizadas e poderosas.

Nos bancos escolares, diz ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA, fomos ensinados que a Amazônia era o “Inferno Verde” e que deveríamos desbravá-la por meio de estradas, criando cidades, derrubando a floresta, queimando enormes áreas para civilizar a morada do bugre. Hoje sabemos que o ato de desbravar é ideológico, pois a derrubada da floresta significou e ainda significou implementar uma política de Estado que permite retirar madeira de lei pelo negócio ilícito e transformar enormes áreas em pastagens, invadindo terras da UNIÃO e ÁREAS INDÍGENAS demarcadas. A sanha do capital não tem medida e invade solos férteis que rapidamente podem desertificar-se. Sem estrutura sólida, o IBAMA não tem condições de fiscalizar enormes áreas de parques nacionais e espaços de florestas nativas deixados à sanha de invasores particulares que querem a todo custo privatizar o público. Sabe-se, muito bem, que o capitalismo em plena liberdade passa por cima de tudo, inclusive do governo. E nesse processo avassalador a linguagem do dominador é um instrumento de poder difundido pelos meios de comunicação e ratificado pelo aparelho escolar.

Nessa linha de raciocínio, a escola tem se mostrado a mais ativa das instituições, mercê de seu dinamismo de adequação aos interesses do poder dominante. Currículos e conteúdos escolares são extremamente dinâmicos, mesmo quando não existem recursos para a dinamização e atualização dos métodos de ensino... Além de ensinar a língua nacional desde as primeiras faixas etárias, a escola tem, durante longo tempo, destacado os valores qualitativos da língua, considerando-a digna de culto e justificando o aprimoramento do falar dos educandos. (GL, pág. 75-6)

Há que ressaltar que a escola junto à igreja e ao próprio Estado realizam um trabalho articulado de defender valores que mantêm o poder através do constante reforço da língua do colonizador e, também, através de crenças que amortizam os ímpetus contestatórios. O Estado, por sua vez, engessa a Educação com leis que privilegiam a estrutura burocrática e retribuem o professorado no estrito limite da remuneração básica de subsistência. Há que se admitir que o Estado burguês é sempre um Estado da classe dominante.

É preciso acrescentar que uma Educação de qualidade para todos, *para a quantidade com qualidade*, cria, dialeticamente, uma população capaz de pensar, refletir, criticar o que não é pouca coisa para uma sociedade democrática. A escola não atende unicamente o processo ideológico de manter o poder, mas permite que a sociedade se encontre com a nação e o país em função de *fins e valores* comuns à realidade social.

A GEOGRAFIA PRECISA SER VIVA

ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA declara que a Escola “presta-se a difundir ideologias e, nessa perspectiva, a ação da Geografia é avassaladora.”

Introduzida como disciplina escolar na França e na Alemanha, seus objetivos eram muito claros: contribuir para a unificação do pensamento patriótico e, permitir, a partir dele, que franceses e alemães se dispusessem a unir-se em conquistas coloniais que permitiriam anexar ao território francês e alemão, áreas que fornecessem matérias-primas abundantes para as suas indústrias e povos que seriam seus consumidores potenciais. (Cf. A Geografia e Ideologia – a ciência, a carta e a linguagem, pág. 34)

Mas, a ação da Geografia é avassaladora porque, ademais, nem sempre os Educadores percebem que estão fazendo o jogo do poderoso. A estrutura de poder “serve-se de um sem-número de inocentes úteis, que somos nós mesmos quando investidos da função de educadores” (A Geografia e Ideologia, pág.,34). Ainda somos levados a admitir que a presença alienígena significa progresso, desenvolvimento e, pasmem, até mesmo sacrifício dispendido pelo dominador. (Idem, ibidem). Por um lado, ainda fazemos a “Geografia do cartão postal”. Por outro lado, rejeitamos uma “Geografia da Maioria”, uma Geografia que envolve a favela, a cidade pobre, a periferia da grande cidade e os deserdados que perambulam pelas ruas, sem eira nem beira. Deve-se rejeitar a “Geografia do espaço pronto”, organizado e, portanto, imune às mudanças sociais, culturais, ambientais e necessidades legítimas para as maiorias sem saneamento básico, sem água encanada, sem ruas decentes, sem coleta de lixo, sem escola de bom nível, sem tratamento médico nos casos de urgência, etc.

A crítica de ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA à Geografia ciência e à Geografia escolar é bem fundamentada. Sua crítica recai sobre a especialização exagerada dos estudos e do ensino da Geografia. Ele identifica no capitalismo, mais especificamente na Revolução Industrial,

a necessidade de se criar um mundo dividido a partir da divisão do conhecimento, a fim de que as pessoas deixassem de ter a visão de universalismo, capaz de levá-las a reivindicar com base no entendimento do todo, a Ciência sujeitou-se a assumir um processo de compartimentação em que cada campo do conhecimento prestava-se a constituir de forma absolutamente independente dos demais, como se isso fosse necessário para chegar ao desenvolvimento do conhecimento. (Geografia e ideologia, pág. 34)

Ouso acrescentar ao pensamento de ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA a ideia de que as ciências não formam um bloco unitário. Há ciências físicas e naturais bem como a tecnologia articulada às ciências com base teórica estável. Há ciências cujo objetivo é estudar o fenômeno humano no tempo e no espaço. São ciências que não separam, a rigor, o todo da parte e nem a parte do todo, são ciências que ousam dizer dialéticas na sua pesquisa da realidade humana. É difícil, por exemplo, separar o humano do espaço que o rodeia. Essas ciências com relativa possibilidade de previsão, divergem da visão cartesiana que para resolver um problema é fundamental dividi-lo em partes e estudá-las uma a uma como ensinava o *Discurso do Método*, ponto inicial a meu ver do espírito de especialização que impregnou a Ciência e a Tecnologia com resultados, sem dúvida, notáveis.

As bases teóricas da Geografia moderna foram, diz ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA,

garantidas pela filosofia positivista (*uma decorrência, do racionalismo cartesiano, a meu ver*) que além de preconizar a especialização e a compartimentação do conhecimento, idealizava um modelo de ordenação como forma única de adquirir o progresso. A Geografia moderna surge não só com essa proposta, mas também com a falácia de constituir uma ciência capaz de, a partir dos conhecimentos pesquisados pelas demais ciências, contribuir para a interdisciplinaridade a partir da consecução de uma *linguagem universal*, mediante a avaliação da paisagem em seus elementos naturais, humanos e econômicos.”(A Geografia e ideologia, pág. 35)

Admitir o homem como elemento diferenciado da natureza, ao admitir a separação entre a população e os fatos econômicos e ao reconhecer na economia algo não natural, a Geografia Ciência e a Geografia Escolar estavam praticando mais do que ninguém o positivismo. A partir disso, os fatos da Natureza, com o relevo, clima, hidrografia, vegetação, etc. foram abordados separadamente “mesmo dentro da chamada Geografia Física”. Em suma:

A população tinha o seu estudo absolutamente descaracterizado, transformado que fora numa análise numérica da demografia, enquanto os elementos relativos à economia eram classificados e separados em classes de atividades, chamadas de primárias, secundárias e terciárias. (A Geografia e ideologia, pág. 35)

De uma só vez, ÁLVARO JOSE DE SOUZA, afirma que a Geografia Escolar com base no positivismo, base da compartimentação do conhecimento, a) justificava a expansão territorial com a ação de colonizadores distintos; b) a exploração das riquezas de colônias usando o trabalho do colonizado; c) identificava as pessoas como números; d) o progresso era a “não-natureza forjada pelo colonizador autodenominado de “progressista”; e) o espaço era algo pronto e imutável de tal forma que a Terra poderia ser redonda, mas a sua superfície tinha um centro, a Europa, centro da cultura e do povo civilizador. Essa disposição valorativa do Velho Mundo transparecia nos Mapas de antanho através de “a separação entre a América e a Ásia colocadas nos cantos do mapa-múndi” e outros efeitos interessantes, indicados no texto do Professor ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA.

A questão da hegemonia também aparece nos mapas. A distinção entre o norte colonizador e o sul colonizado é uma distinção política e ideológica. É a visão do dominador referendado pela Geografia Escolar, uma vez que a Europa precisava sobrepor aos dominados, “incultos” e “selvagens”. A Cartografia é fundamentalmente estratégica e tem uso exclusivo nos Exércitos ou nas grandes potências que o povo desconhece. ÁLVARO JOSE DE SOUZA diz, de modo direto, “que ensinamos uma cartografia desinformada, alterada e ideologicamente contrária aos interesses do educando“. ÁLVARO chega a ser duro com todos os professores de Geografia quando “em seu dia-a-dia, utilizam uma linguagem herdada do colonialismo, cheia de preconceitos e desvalores”. Privilegiamos o norte em detrimento do sul, a direita precede a esquerda e o negro é negativo e o branco é sinal de paz e virtude e, por aí, vamos caminhando sem perceber os preconceitos contra raças, grupos, povos, regiões e territórios. Desse modo, ser professor de Geografia é estar sujeito a tanta e tantas formas de deturpar os verdadeiros princípios de ação de um Educador. Assim,

Resta-nos um único caminho: tomar consciência de tudo isso, se quisermos efetivamente EDUCAR! Dizendo um “não” ao ato de colonizar (apropriar-se de) cabeças inocentes!

REFERÊNCIAS

- FERREIRA DO VALE, JOSÉ MISAEL. (2003) Palavras ao amigo falecido, Álvaro José de Souza. In: **Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, Ano IX, N.º 1, janeiro/abril.
- SOUZA, ÁLVARO JOSÉ DE. (1991) **Geografia lingüística: dominação e liberdade**. 2. ed, São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a Geografia).
- _____. (1997) A geografia e a ideologia – a ciência, a carta e a linguagem. In: **Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, Ano III, N.º 8, setembro/dezembro.